

VITREO HOLDING FINANCEIRA S/A.

CNPJ(ME) 37.623.566/0001-80

Em milhares de reais

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM

A T I V O	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE	-	-
NÃO CIRCULANTE	<u>32.427</u>	<u>57.631</u>
INVESTIMENTOS	32.427	57.631
Participações em controladas	32.427	57.631
TOTAL DO ATIVO	<u>32.427</u>	<u>57.631</u>
P A S S I V O	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE	<u>75</u>	<u>77.206</u>
OUTRAS OBRIGAÇÕES	75	77.206
Partes relacionadas	75	77.206
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>32.352</u>	<u>(19.575)</u>
Capital social	99.146	22.000
Prejuízos acumulados	(66.794)	(41.575)
TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>32.427</u>	<u>57.631</u>

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VITREO HOLDING FINANCEIRA S/A.

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2022	31/12/2021
Despesas operacionais	(15)	(1.206)
Despesas administrativas	(15)	(50)
Despesas tributárias	-	(1.156)
Resultado antes de participações e tributos	(15)	(1.206)
Resultado de equivalência patrimonial	(25.204)	(15.384)
Prejuízo do Exercício	(25.219)	(16.590)
Prejuízo do Período	(25.219)	(16.590)
Nº de Ações	22.000.400	22.000.400
Lucro (prejuízo) por Ação:	(1,15)	(0,75)

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VITREO HOLDING FINANCEIRA S/A.

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	31/12/2022	31/12/2021
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(25.219)	(16.590)
RESULTADO ABRANGENTE	(25.219)	(16.590)

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VITREO HOLDING FINANCEIRA S/A.

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

E V E N T O S	CAPITAL SOCIAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	T O T A L
Saldos iniciais em 01/01/2021	22.000	(24.985)	(2.985)
Mutações do exercício	-	(16.590)	(16.590)
Prejuízo do exercício	-	(16.590)	(16.590)
Saldos finais em 31/12/2021	22.000	(41.575)	(19.575)
Mutações do exercício	77.146	(25.219)	51.927
Aumento de capital	77.146	-	77.146
Prejuízo do exercício	-	(25.219)	(25.219)
Saldos finais em 31/12/2022	99.146	(66.794)	32.352

A DIRETORIA**REINALDO DANTAS**

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VITREO HOLDING FINANCEIRA S/A.

Em milhares de reais

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	31/12/2022	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do período	(25.219)	(16.590)
Resultado equivalência patrimonial	25.204	15.384
Resultado ajustado	(15)	(1.206)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		
	<u>(77.131)</u>	<u>62.206</u>
Diminuição de outros créditos	-	3.000
Aumento (diminuição) de outras obrigações	(77.131)	59.206
Caixa líquido (aplicado) consumido nas atividades operacionais	<u>(77.146)</u>	<u>61.000</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aumento de capital em controladas	-	(61.000)
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de investimento	<u>-</u>	<u>(61.000)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de capital	77.146	-
Caixa líquido originado (aplicado) nas atividades de financiamento	<u>77.146</u>	<u>-</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA		
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	-	-
No fim do do exercício	-	-
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-

A DIRETORIA

REINALDO DANTAS

Contador CRC-1SP 110330/O-6

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VITREO HOLDING FINANCEIRA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores em R\$ mil)

1 Contexto Operacional

A Vitreo Holding Financeira S.A. (“Empresa”) foi constituída em 06 de julho de 2020. Seu objeto social abrange o controle de instituições financeiras e demais sociedades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, mediante a participação direta no seu capital, inclusive subsidiárias integrais.

A Vitreo Holding Financeira S.A. é controladora da Vitreo DTVM e detém 100% de participação societária. A Vitreo Holding Financeira S.A. é subsidiária integral do Banco BTG Pactual S.A. (“Banco”), que é controlado pela BTG Pactual Holding Financeira Ltda. (“Holding Financeira”), que é controlada pela BTG Pactual Holding S.A. (“Holding”), que por sua vez é controlada pelo BTG Pactual G7 Holding S.A. (“G7”).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 24 de março de 2023.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, preparadas com base na Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Empresa foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas contábeis

Na preparação das demonstrações foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

5 Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem liquidez e/ou vencimento de curto prazo, considerado como três meses ou menos, a partir da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros, os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócios dentro do qual são mantidos e nas suas características de fluxo de caixa contratual, nas seguintes categorias:

(i) Custo Amortizado: quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

(ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes: quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

(iii) Valor Justo por meio do Resultado: para os ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

c. Mensuração do valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Empresa maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 40, Instrumentos Financeiros: Evidenciação. O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. Finalmente, no Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

O CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, estabelece a necessidade de as entidades efetuarem uma análise periódica para verificar o grau de valor recuperável dos seus ativos.

A Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (“impairment”) é reconhecido como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização.

A administração avalia periodicamente potenciais evidências de “impairment”, e no período de 31 de dezembro de 2021 a 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas situações que se enquadem nos normativos relacionados.

e. Investimentos

Participações em controladas e em coligadas foram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e reconhecidos no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

f. Imobilizado de uso e intangível

São apresentados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação e amortização são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

g. Provisões e contingências

Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os ativos contingentes são reconhecidos quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado onde é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h. Apuração de resultado

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo

descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações.

As despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

i. Demonstração do fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

j. Impostos de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), são calculadas com base no lucro real, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240.000 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9%.

6 Gerenciamento de riscos

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração da Empresa.

- (a) Risco Operacional é o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, sistemas, pessoas, exposição de eventos externos e interrupções de atividades. A gestão e controle do risco operacional buscam a eficácia do sistema de controles internos, a prevenção, mitigação e redução dos eventos e perdas por risco operacional.
- (b) Risco de Mercado é a exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações e do prazo. Na administração dos riscos de mercado são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, entre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras.
- (c) Risco de crédito é o risco da Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.
- (d) Risco de liquidez é o risco de que a Empresa terá dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Empresa.

7 Investimentos

7.1 Composição dos investimentos

	<u>Vitreo DTVM</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>57.631</u>
Resultado de equivalência patrimonial	(25.204)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>32.427</u>
Participação em 31 de dezembro de 2022	<u>100%</u>

7.2 Informações sobre subsidiárias

	<u>Vitreo DTVM Controlada</u>
Ativo	214.642
Passivo	182.215
Patrimônio líquido	32.427
Prejuízo líquido do exercício	(25.204)
Participação em 31 de dezembro de 2022	<u>100%</u>

8 Outras Obrigações

8.1 Transações com partes relacionadas

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
	<u>Ativo/ (Passivo)</u>	<u>Ativo/ (Passivo)</u>
Valores a pagar a sociedade controlada		
Vitreo DTVM S.A	(75)	(60)
Contrato de mútuo		
Empiricus Gestão de Recursos Ltda ¹	-	(77.146)
Total	<u>(75)</u>	<u>(77.206)</u>

(1) Refere-se a valores a receber do contrato de mútuo firmado com a Empiricus Gestão de Recursos Ltda, (anteriormente denominada "Vitreo Gestão de Recursos Ltda") que foi liquidado em junho de 2022.

9 Despesas tributárias

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IOF sobre Mútuo	-	(1.146)
Outros	-	(10)
Total	-	(1.156)

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2022, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 99.146 dividido em 22.000.400 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal

Em 30 de junho de 2022 os acionistas aprovaram o aumento do capital social no valor de R\$ 77.146, sem a emissão de novas ações ordinárias. O capital social passou de R\$ 22.000 para R\$ 99.146.

10.2 Dividendos

Os lucros apurados em cada exercício terão o destino que a Assembleia Geral lhes der, conforme recomendação de seus acionistas, depois de feitas as deduções determinadas pela legislação aplicável.

A Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram distribuídos lucros pelo fato de a Empresa apresentar saldo de prejuízos acumulados nestas datas.

11 Eventos subsequentes

Não há eventos subsequentes após o encerramento do exercício de 2022.

A Diretoria

Reinaldo Dantas
Contador CRC-1SP 110330/O-6

* * *